

REVISTA AJUFERJES

PROTOCOLO PARA
JULGAMENTO COM
PERSPECTIVA DE
GÊNERO 2021

FLÁVIO OLIVEIRA
LUCAS É O MAIS NOVO
DESEMBARGADOR
FEDERAL DO TRF2

REABERTURA DO
TURISMO E TRÁFICO
INTERNACIONAL DE
DROGAS

ABEL GOMES
RECEBE MEDALHA
LUIZ EDUARDO
PIMENTA



ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

DEZEMBRO | 2021 | NÚMERO 2

Sumário

Mensagem da Diretoria	• 3
Os desafios inesperados da Pandemia	• 5
CNJ lança Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 2021	• 8
Reabertura do turismo: uma boa oportunidade para o tráfico internacional de drogas	• 9
Justiça Digital: um caminho sem volta	• 11
Flávio Oliveira Lucas é o mais novo desembargador federal do TRF2	• 13
Abel Fernandes Gomes recebe medalha Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta	• 14
Novidades Ejufes: Convênio com a Universidade de Coimbra e fim do primeiro semestre do Magistratura Plural	• 15
ENAJUN/FONAJURD lança livro “O Saber como Resistência”	• 16
Crônica Gastronômica: Literalidade à mesa	• 18
Viagem ao salto da bota	• 20
A Ajuferjes está com novos convênios para seus associados	• 24

MENSAGEM DA DIRETORIA

É com grande alegria que apresentamos para vocês a segunda edição de 2021 da Revista Ajuferjes. Nosso intuito é fazer dessa publicação um espaço de convívio entre colegas com textos sobre temas que perpassam nossa atividade profissional, mas também crônicas, relatos de viagens e críticas culturais. Ou seja, por meio da Revista Ajuferjes poderemos trocar experiências diminuindo um pouco a solidão do nosso ofício diário, sobretudo em tempos de pandemia.

Nesta edição, recebemos de Frederico Montedonio um relato sobre os desafios inesperados de uma pandemia e a experiência de trabalho remoto do Juiz Federal, com as divisões de tarefas domésticas, os cuidados com os filhos, as audiências remotas e os medos que têm atravessado esse período tão difícil. Débora Valle colaborou com um texto sobre o recrutamento de mulas para o transporte de drogas: o perfil dessas mulheres e as agruras que enfrentam ao serem presas em território estrangeiro. A Juíza Isabela Ferrari foi a entrevistada da vez e trouxe informações valiosas sobre as transformações que a

Justiça brasileira vem passando na área de inteligência artificial e tecnologia.

Cabe destacar ainda a colaboração valiosa da Juíza do Trabalho Adriana Meireles Melonio, que escreveu um texto sobre o Encontro Nacional de Juízes e Juízas Negros (ENAJUN) e seus desdobramentos. “O Saber como Resistência — I coletânea ENAJUN/FONAJURD” (Editora Zouk) é um deles. O livro, com lançamento previsto para janeiro, reúne artigos de pesquisadores de diferentes níveis acadêmicos evidenciando mais um passo no caminho de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

O Juiz Federal Mauro Lopes traz uma crônica gastronômica com um relato pitoresco sobre os ruídos de comunicação que podem ocorrer entre brasileiros e portugueses quando tudo que se deseja é experimentar o famoso pastel de Belém. Já Raldênio Bonifacio Costa nos convida a sonhar com a Puglia, na Itália, contando a história da região e suas belezas.

A Revista traz ainda uma matéria sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 2021, um importante documento disponível gratuitamente para

“Nosso intuito é fazer dessa publicação um espaço de convívio entre colegas com textos sobre temas que perpassam nossa atividade profissional, mas também crônicas, relatos de viagens e críticas culturais.”

magistrados e magistradas de todos os níveis da Justiça brasileira realizarem julgamentos com maior equidade entre homens e mulheres. O protocolo é fruto do trabalho de 21 profissionais da magistratura e da academia que trabalharam ao longo de seis meses nesse projeto. Segue uma tendência mundial, dos nossos vizinhos latino-americanos e, também, de Cortes Internacionais de Direitos Humanos.

Trazemos ainda destaques desse segundo semestre: a posse do novo Desem-

bargador Federal Flávio Oliveira Lucas, a medalha Luiz Eduardo Pimenta entregue a Abel Fernandes Gomes, as novidades da Ejuferjes.

Convidamos a todos a embarcarem nessa leitura com o desejo de uma navegação prazerosa e cheia de esperanças de que o próximo ano nos traga melhores notícias e tempos mais amenos.

Desejamos um Natal acolhedor junto aos seus. Que 2022 seja o ano dos reencontros e das realizações!

SANDRA CHALU

Presidente da Ajuferjes

OS DESAFIOS INESPERADOS DA PANDEMIA

Frederico Montedonio

No repertório de possíveis catástrofes de alguém que cresceu nos anos 1980 e 1990, para mim era mais fácil imaginar que eu poderia viver uma guerra mundial ou uma invasão alienígena do que uma emergência global de saúde pública. Lembro-me bem de não ter dado a menor importância a uma notícia enviada por um amigo no final de 2019, sobre um novo vírus identificado na China. Comentei com a minha esposa sobre o vício desse meu amigo em notícias e que ele precisava relaxar. Mas ninguém escolhe os desafios do seu tempo. Eu mal sabia que aquela notícia mudaria tudo muito rapidamente.

Em 12/3/2020, dia seguinte ao reconhecimento da pandemia pela OMS, todos os funcionários da Vara nos reunimos e nos despedimos. Sabíamos que começaríamos a trabalhar remotamente por um período indeterminado e que assim protegeríamos uns aos outros. Deixei meu gabinete sem saber quando voltaria. Logo eu, que sempre preferi ficar até mais tarde no trabalho a levar processos para casa. Em geral, sempre que eu tentava trabalhar fora do prédio da Justiça falhava miseravelmente e só carregava peso para lá e para cá. Dessa vez eu precisaria aprender, e assim levei para casa parte dos meus livros. Quem também trouxe peso para casa foram minhas filhas: no dia seguinte, uma sexta-feira, ambas voltaram da escola



com todos os livros, cadernos e materiais em bolsas, para uma temporada indefinida de ensino a distância.

Logo no começo da pandemia, além do coronavírus propriamente dito, outra coisa viralizou: uma frase, dita por um apresentador de TV português, lembrava a gravidade do momento e a simplicidade do que estava ao alcance de quem podia ficar em casa. Disse ele: “aos vossos avós foi-lhes pedido para irem à guerra; a vocês, pedem-vos para ficar no sofá. Tenham noção”. Com o tempo, aprendemos que a autoproteção era também uma forma de proteger toda a humanidade, pois cada contaminação gera novas oportunidades de mutação do vírus e um agravamento à saúde pública. Decididos a levar a sério o desafio inesperado imposto pelo nosso tempo, começamos a viver o distanciamento social.

Ficamos os primeiros três meses da pandemia literalmente trancados no apartamento. Só saíamos para tirar o lixo. Eu tomava sol e fazia algum exercício físico na varanda. Minha mulher e eu vimos as tarefas domésticas se multiplicarem enquanto nossa rede de apoio foi reduzida a zero. As meninas agora tinham aulas online e era

preciso supervisionar os horários e as tarefas delas. Ao mesmo tempo, novas demandas do trabalho remoto se impunham, e, para completar, a pandemia veio bem no meio do mestrado cursado pela minha esposa. Se dentro de casa o contexto era estressante, o mundo lá fora parecia ainda mais ameaçador: uma nova doença mortal se espalhava por uma população sem imunidade; as vacinas eram uma miragem; máscaras de pano e a higienização das mãos e de todos os itens das compras eram o que havia no momento; um número ainda maior de pessoas passou a sofrer de insegurança alimentar; tratamentos ineficazes e até prejudiciais eram vendidos como milagrosos; houve quem apostasse na disseminação do vírus ao invés da sua contenção; as notícias de internações e mortes por covid, inclusive entre amigos e conhecidos, ficavam mais frequentes. Comprei um oxímetro, consumi tantas notícias quanto o meu amigo e passei a ter dificuldades para dormir.

Começamos então a amadurecer a ideia de alugar uma casa: já que iríamos ficar confinados, que ao menos fosse num lugar com um quintal. Pesquisamos bastante e alugamos um lugar com área externa e uma boa internet para podermos continuar a trabalhar e estudar. Minha esposa e eu também convidamos os nossos velhos, contanto que todos nós fizéssemos teste de PCR negativo. Deu tudo certo com os testes e lá nos encontramos. Foi um alívio para todos. Ainda repetimos essa experiência bem-sucedida algumas vezes.

Quando a escola das meninas voltou a ser presencial, retornamos para o apartamento. A essa altura eu já estava adaptado ao trabalho remoto. Cuidei da ergonomia

e fiz audiências complexas por videoconferência: interroguei réus na Espanha, ouvi testemunhas na Argentina e outras espalhadas por todo o Brasil, sempre com a porta trancada, para não correr o risco de uma das meninas invadir a sala de audiências (também conhecida como o quarto do papai). Nas circunstâncias, e apesar do que se perde pela falta do contato presencial, minha experiência com o trabalho remoto funcionou muito bem: creio que, com alguns ajustes, ele veio para ficar e será uma ferramenta adicional e valiosa. Por outro lado, foram eliminadas as fronteiras entre casa e trabalho: é como se eu tivesse

passado a morar na Justiça. Por vezes, devido ao cotidiano doméstico sobrecarregado, despachei processos em horários, digamos, heterodoxos. Procurei controlar o horário dos meus contatos com os servidores, pois não queria contribuir para que a vida pessoal deles fosse ainda

mais invadida pela profissional. Registro meu reconhecimento pelo extraordinário trabalho de todos eles, fundamental para a continuidade da prestação jurisdicional na pandemia, apesar dos dramas pessoais que cada um viveu nesse período.

Até que, em meados de junho deste ano, minha esposa pegou covid, felizmente na forma leve. As meninas e eu, não sei como, testamos negativo. Minha mulher se isolou na “sala de audiências” e eu fiquei com as meninas novamente trancado em casa no período de quarentena, durante o qual elas não podiam frequentar a escola. Foram dias ainda mais intensos. Quase ao final dos dez dias de isolamento, as meninas e eu também começamos a ter sintomas de tosse e congestão nasal. Fiquei bastante chateado: embora tenhamos nos protegido

“Mas ninguém escolhe os desafios do seu tempo. Eu mal sabia que aquela notícia mudaria tudo muito rapidamente.”

“Além da imunidade, ganhei outras coisas durante a pandemia: descobri vários podcasts — companheiros de todas as horas —, aprendi finalmente a cozinhar o básico e a trabalhar em casa, bem como a valorizar ainda mais a família e as tarefas domésticas. Também entendi, de uma vez por todas, que tudo o que fazemos pode literalmente contagiar quem está à nossa volta e se espalhar por todo o mundo, para o bem e para o mal.”

muito desde o início, agora possivelmente tínhamos o vírus mutando dentro de nós. Mas, ao repetirmos o PCR, para nossa surpresa, as meninas e eu testamos negativo mais uma vez. Foi uma vitória pessoal. Os sintomas deviam ser apenas resultado da poeira que se acumulou em casa nesses dias.

Aos poucos, foram chegando as vacinas — produzidas em tempo recorde pela ciência —, e os nossos velhos se vacinaram. Depois chegou a nossa vez, tão ansiosamente aguardada. Espero que as meninas também possam se vacinar em breve. Felizmente em nossa família não perdemos ninguém para a covid. O que perdi momentaneamente foi a fé na humanidade em razão do noticiário — fé essa rapidamente recuperada diante dos prodígios que essa mesma humanidade é capaz de fazer —, e também por vezes perdi a calma e paciência por ocasião dos conflitos decorrentes do confinamento. Além da imunidade, ganhei outras coisas

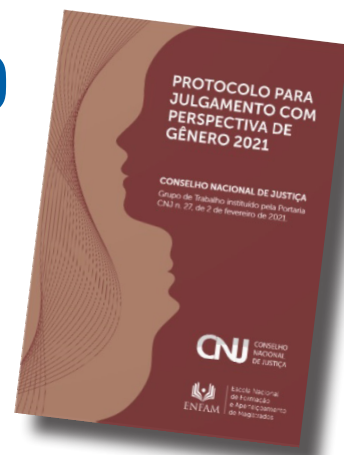
durante a pandemia: descobri vários podcasts — companheiros de todas as horas —, aprendi finalmente a cozinhar o básico e a trabalhar em casa, bem como a valorizar ainda mais a família e as tarefas domésticas. Também entendi, de uma vez por todas, que tudo o que fazemos pode literalmente contagiar quem está à nossa volta e se espalhar por todo o mundo, para o bem e para o mal.

Diante da dimensão da tragédia da pandemia, meu modestíssimo balanço de perdas e ganhos revela uma posição privilegiada. Tantas pessoas perderam tanto que não me atrevo a consolá-las: apenas fico imaginando o tamanho da dor e humildemente me solidarizo. Só espero permanecer vivo — uma forma de resistência — para poder finalmente encontrar tantas pessoas queridas que não abraço há mais de um ano e meio, e para continuar servindo diante dos demais desafios do nosso tempo, que não são poucos, nem pequenos.

FREDERICO MONTEDONIO

Juiz Federal da 8ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

CNJ LANÇA PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO 2021



Marina Ivo de Araujo Lima

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou em outubro o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 2021. Trata-se de uma medida que segue a tendência mundial e, especialmente, de países latino-americanos como México, Chile, Bolívia, Colômbia e Uruguai, assim como Cortes Regionais e Internacionais de Direitos Humanos. Nos últimos anos, vem sendo constante a adoção de protocolos para que casos envolvendo os direitos das mulheres sejam tratados de forma adequada.

“O documento também converge com a determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos que, em ao menos duas oportunidades, afirmou a necessidade de o Estado brasileiro adotar um documento dessa natureza”, explica a Juíza Federal Adriana Alves dos Santos Cruz, membro do grupo de trabalho à frente do projeto.

Nesse sentido, diante do aumento das ocorrências da violência de gênero no Brasil, o CNJ reconheceu a necessidade de elaborar um documento próprio. Para isso, 21 representantes dos diferentes ramos da Justiça e da Academia formaram um grupo de trabalho. Durante seis meses, eles se reuniram a fim de produzir o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 2021. O documento de 120 páginas, disponível online e gratuitamente, tem o objetivo de capacitar e orientar a magis-

tratura para a realização de julgamentos, por meio do estabelecimento de diretrizes que traduzam um novo posicionamento da Justiça, com maior equidade entre homens e mulheres.

O documento apresenta três partes. Na primeira, há conceitos básicos que diferenciam sexo, gênero, identidade de gênero e sexualidade. Na seção seguinte, a parte dois, o protocolo traz um guia com um passo a passo para magistrados e magistradas. A parte final aborda questões de gêneros específicas nos âmbitos das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral, do Trabalho e Militar. Analisa temas como Direito Penal, Feminicídio, Direitos das Famílias e sucessões entre outros.

Tal projeto é um passo importante para que as promessas de igualdade e dignidade da Constituição Federal de 1988 se tornem concretas para todas as brasileiras que recorrem ao Poder Judiciário.

Acesse o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 2021 em www.enfam.jus.br (Publicações/ Coleção Enfam/ Manuais e protocolos).

MARINA IVO DE ARAUJO LIMA

Jornalista, doutoranda em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio, editora da Revista Ajuferjes.

REABERTURA DO TURISMO: uma boa oportunidade para o tráfico internacional de drogas

Débora Valle de Brito

Após um longo período de pandemia, as (boas) notícias que ansiosamente aguardávamos aparecem, pouco a pouco: a reabertura de fronteiras ao turismo com a consequente volta das viagens internacionais. Contudo, para os Juízes Federais Criminais, isso significa o reencontro com as chamadas mulas do tráfico internacional de drogas.

O perfil de recrutamento é variado, com claro intuito de confundir e dificultar a fiscalização. Mas é possível observar a presença de mulheres jovens e bonitas, com dificuldades financeiras, e em regra, sem nenhum envolvimento anterior com qualquer tipo de crime. Em alguns casos, há desconfiança de tráfico de mulheres em conjunto com o tráfico de drogas, mas nem sempre se consegue uma elucidação eficiente desta circunstância.

Essas mulheres, seduzidas pela promessa de ganho fácil, não contam com as consequências nefastas que esta aventura criminosa ocasiona em suas vidas. O primeiro impacto ocorre com a prisão em solo estrangeiro, onde muitas vezes sequer se é capaz de entender o idioma falado pelas pessoas que executam a sua prisão.

Ser preso é ruim, mas a experiência é ainda pior se for preso em país estrangeiro, sem entender uma palavra do que falam à sua volta, sem conhecer as regras do processo penal do país, sem poder se co-

municar com sua família ou receber qualquer visita.

É importante ressaltar que toda a legislação e jurisprudência concessiva de liberdade às mães não melhorou muito a vida destas mulheres. Em liberdade provisória (ou condenadas a penas alternativas) e com o passaporte retido, residem em abrigos de pessoas em situação de rua mantidos pelas prefeituras. Nem sempre há vagas, nunca há emprego, não contam com nenhuma fonte de renda. Esse é o cenário acompanhado pelos Juízes de execução de penas e medidas alternativas federais.

Ilustra essa situação o seguinte trecho de relatório da equipe de psicologia da 9ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro:

A Sra. Y não possui residência própria ou alugada no Brasil, não possui fonte de renda e documentos que viabilizem sua inserção no mercado de trabalho. Ela está vivendo longe das pessoas de

“A pandemia empobreceu todos os povos, em todo o mundo. Esse cenário encontrará ainda mais vítimas dispostas a cruzar os oceanos servindo a grandes organizações de tráfico de drogas, ao passo que as redes assistenciais estão mais exauridas.”



© Banco de imagem Pixabay

maior referência em sua vida (família e amigos) e demonstra extremo sofrimento com tal situação, o que parece ter sido agravado com os momentos de natal, ano novo e adoecimento de seu irmão, o qual, segundo informações da referida senhora, esteve internado na Ucrânia. Quanto a este último fator ela informou que o irmão é sua principal referência familiar, ambos foram criados pelos avós e estavam morando juntos. Este irmão recebe um subsídio do governo por ser portador de um déficit relacionado à aprendizagem (não especificado) e presta pequenos serviços em uma padaria próxima de sua residência. Ele é a pessoa que tem enviado recursos para sua subsistência no Brasil.”

Como se vê, a pena alternativa, que deveria abrandar os efeitos da condenação criminal e facilitar a reintegração social

do condenado, em estrangeiros, não perde a característica aflitiva e segregadora. De fato, impõe a esta condenada a residência em outro país, longe de seu suporte familiar e totalmente inviabilizada financeiramente, muitas vezes lhe restando a substituição como opção de sustento durante sua permanência no Brasil.

Em outro caso, uma jovem universitária foi abordada, na companhia de outro jovem, por indicação de autoridades estrangeiras, que suspeitavam de tráfico internacional de mulheres. Com cerca de 10kg de cocaína, os dois jovens foram condenados por tráfico internacional de drogas, não avançando as investigações sobre tráfico de pessoas.

Para melhor proteção da jovem, esta foi designada para prestar serviços dentro da própria Nona Vara Federal Criminal. Durante o período de cumprimento de pena, em que acolhemos a jovem como colega de trabalho, pudemos ter a dimensão de todo o sofrimento que acompanha o estrangeiro residente forçado em território brasileiro. Foram diversas mudanças de endereço, pois sempre morava de favor, dificuldades financeiras, e um único objetivo: cumprir a pena o mais rápido possível para voltar para casa.

A pandemia empobreceu todos os povos, em todo o mundo. Esse cenário encontrará ainda mais vítimas dispostas a cruzar os oceanos servindo a grandes organizações de tráfico de drogas, ao passo que as redes assistenciais estão mais exauridas.

A reabertura de fronteiras e a volta dos vôos internacionais merece comemoração, mas, estamos preparados para tudo o mais que vem na bagagem.

DEBORA VALLE DE BRITO

Juiza Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

JUSTIÇA DIGITAL: um caminho sem volta

Bate-papo com a Juíza Federal Isabela Ferrari

O livro *Justiça Digital* (uma parceria do Instituto New Law e a Editora Revista dos Tribunais) foi lançado nesse semestre em edição revista e ampliada. Essa nova edição inclui três novos temas: um artigo sobre o sistema Victor, a inteligência artificial do Supremo Tribunal Federal; outro sobre o sistema Mandamus, que deve se expandir em breve por todo o país; e um terceiro sobre o Juízo 100% digital. Convidamos a organizadora da obra, a Juíza Federal Isabela Ferrari, para bater um papo com a Revista Ajuferjes. Confira abaixo os melhores momentos:



Neste segundo semestre, você lançou a segunda edição ampliada do livro *Justiça Digital*. Poderia nos contar um pouco da sua trajetória e como se interessou pelo tema?

Eu sou Juíza Federal desde 2012. Sempre tive uma atuação muito complementar entre a academia e magistratura. Cursei o mestrado na UERJ e, logo no início do meu doutorado, passei um tempo em Harvard como pesquisadora visitante. Nesse período, o tema da transformação do mundo a partir da tecnologia estava ganhando muita atenção. Pensei em como o meu campo poderia mudar nesse sentido. Quando voltei, resolvi mudar o meu tema de pesquisa para a tecnologia na Justiça, mais especificamente para os algoritmos decisórios.

Você é mestre e doutoranda pela UERJ e dá aula de *Justiça Digital* no Instituto New Law. Como você avalia o ensino do novo

direito hoje nas universidades brasileiras? O que funciona e o que precisa ser atualizado?

Não é segredo que existe um descompasso muito grande entre aquilo que é ensinado nas faculdades de direito e as reais necessidades do profissional de direito no mundo real. Isso demanda uma revisão dos currículos das universidades, o que já está acontecendo. O MEC passou a exigir recentemente disciplinas como Direito digital e Resolução de disputas de forma negocial inclusive por plataformas digitais.

O que eu vejo de forma geral é que o currículo das universidades brasileiras deveria ser revisado para incluir ainda habilidades interpessoais que a gente historicamente deixou de lado e que são reais necessida-

des do profissional de direito. Negociação, liderança, inteligência emocional, trabalho em equipe são algumas delas.

Nas resoluções de disputa os softwares, a partir de análise de dados, podem fazer o trabalho que normalmente era feito por um magistrado. Essa afirmativa está correta? Como funciona a aplicação de Tl nesses casos?

A inteligência artificial hoje não está em um estágio de desenvolver raciocínio jurídico. A A.I. consegue, através da análise de dados, entender uma determinada situação, ler um determinado processo e sugerir soluções. Essas soluções são sugeridas a partir de uma base de dados que foi utilizada para treinar o sistema. Portanto, os softwares podem ser utilizados, principalmente, em causas muito repetitivas ou naquelas que trazem apenas questões de direito, por exemplo. Casos que fujam do padrão, que demandem sensibilidade e atividade criativa nunca poderão ser atendidos por inteligência artificial e o juiz humano é fundamental. Por isso eu não acredito na substituição de juízes por robôs de forma maciça.

Um dos diferenciais da nova edição do livro Justiça Digital é um artigo sobre o sistema Victor. Poderia explicar como funcionará e quais os ganhos do seu uso no STF para o nosso país?

O sistema Victor já está funcionando em fase de testes. Um dos seus grandes méritos é ler, organizar e destacar as peças principais dos processos que o Supremo Tribunal Federal recebe de todos os tribunais do país, cada um com um formato diferente. Ele consegue informar se a repercussão geral está presente, ausente ou

se não é possível informar nos recursos extraordinários interpostos desses processos. Essa decisão, em seguida é homologada por um servidor do Supremo. Cabe destacar que o trabalho de análise é feito pelo sistema em 5 segundos, enquanto um servidor demorava 44 minutos em média. Há, portanto, um ganho extraordinário de celeridade e eficiência.

O Victor é um primeiro passo para aplicação de inteligência artificial no STF. Acredito que seja preciso informar a todas as partes quando o sistema atua, mesmo que em fase de teste, e também que haja uma impugnação específica já que não deixa de ser um ato processual.

A pandemia da covid-19 acabou acelerando o processo de digitalização da Justiça Brasileira, processo esse que já estava em andamento e bastante acelerado. Como o Brasil se posiciona em relação a outros países no uso de tecnologias e inteligência artificial nas suas cortes?

O Brasil, certamente, é protagonista dessa transformação do judiciário a partir de tecnologia. É uma grande referência mundial no assunto com um posicionamento comparável à Estônia e à China, na minha visão. A Estônia sofreu uma transformação digital em todas as instâncias do governo e do judiciário. Tem uma iniciativa arrojada que é a criação do primeiro robô juiz que vai decidir causas de pequeno valor. Já a China, que também enfrenta uma grande litigância como o nosso país, desenvolveu as “smart courts”. A principal experiência internacional de uso de TI em uma Suprema Corte é do Brasil: o robô Victor, do Supremo Tribunal Federal. Eu, particularmente, não conheço nenhuma experiência parecida com essa em nenhum outro país.

Flávio Oliveira Lucas é o mais novo desembargador federal do TRF2



Flávio Oliveira Lucas na cerimônia de posse de desembargador federal

O magistrado Flávio Oliveira Lucas tomou posse no cargo de desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES), em 17 de setembro de 2021. Por causa das restrições da Covid-19, a sessão solene ocorreu em formato híbrido (virtual e presencial), com número restrito de convidados.

Promovido a desembargador por merecimento, Lucas ocupará a vaga aberta com a aposentadoria de Abel Gomes, ex-relator dos processos e recursos da “lava jato” na corte.

Durante a cerimônia, o Desembargador Federal Messod Azulay Neto, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, exaltou a competência do novo Desembargador em sua longa trajetória na carreira jurídica e sua personalidade pacífica e reta. Prestigiaram o ato várias autoridades do próprio Tribunal, da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, da Ordem dos Advogados do Brasil e de outras

instituições, bem como servidores, familiares e amigos do empossando. Dentre os presentes, estiveram o vice-presidente do TRF2, desembargador federal Guilherme Calmon, o corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Theophilo Antonio Miguel Filho, e os desembargadores federais Ricardo Perlingeiro e Alcides Martins. A Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, Marcia Morgado, representando o Ministério Público Federal, lembrou a carreira jurídica exemplar do novo membro da corte destacando sua sensibilidade e competência.

Flávio Oliveira Lucas é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Exerceu os cargos de procurador da República, promotor de Justiça e defensor público. Foi professor substituto na Faculdade de Direito da UFRJ e da UERJ.

Abel Fernandes Gomes recebe medalha Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta

Em 27 de outubro, a Ajuferjes realizou a solenidade de entrega da medalha Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta a Abel Fernandes Gomes, Desembargador aposentado do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Conduzido pela presidente da associação, a Juíza Federal Sandra Chalu, o evento ocorreu no Centro Cultural Justiça Federal, prédio histórico que abrigou o Supremo Tribunal Federal de 1909 a 1960, e também teve transmissão online ao vivo.

Prestigiaram a solenidade e discursaram durante a cerimônia Teophilo Antonio Miguel, Corregedor Regional da Justiça Federal da 2ª Região e Desembargador

Federal, Flávio de Oliveira Lucas, Desembargador Federal, e Osair Victor, Juiz Federal e Diretor do Foro.

A medalha foi entregue pela Desembargadora Estadual e esposa do homenageado, Jacqueline Montenegro, e o diploma pela Juíza Federal e diretora de Comunicação da Ajuferjes, Carla Teresa Bonfadini. Durante a cerimônia, todos destacaram a trajetória exemplar, o espírito associativo e a dedicação do magistrado. Emocionado, Abel agradeceu: “Essa medalha tem um significado muito especial para mim. Ela é um símbolo, um marco da minha permanente ligação com os colegas magistrados e a Justiça Federal”.



Abel Gomes exibe diploma e medalha com Carla Teresa Bonfadini (esquerda) e Sandra Chalu.

NOVIDADES EJUFEJES: Convênio com a Universidade de Coimbra e fim do primeiro semestre do Magistratura Plural



Paulo César Rodrigues, diretor da Ejuferjes, assina convênio com o diretor da FDUC, Professor Jonatas Machado.

A Escola dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Ejuferjes) assinou convênio com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que se comprometeu a prestar formação aos Juizes Federais diretamente ou através dos seus Centros e Institutos de Investigação. No acordo firmado, a Ejuferjes poderá desenhar o formato do curso: tempo de duração, tipo de formação, titulação, de acordo com as necessidades dos associados.

E mais. O primeiro semestre do curso Magistratura Plural foi concluído com saldo positivo. Foram cinco disciplinas ministradas: Direito Penal, Processo Penal, Civil, Processo Civil e Direito Constitucional e Econômico coordenadas pelos Juizes Federais Ana Paula Vieira de Carvalho e Valéria Caldi Magalhães, Janaína Siqueira Barreiros Leal e Fernanda Resende Djahjah

Dominice, Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues, Odilon Romano Neto e Paulo André Espírito Santo Bonfadini. As aulas aconteceram virtualmente, de agosto a dezembro de 2021, de segunda a sexta, das 20h às 22h.

O Juiz Federal Odilon Romano Neto declarou que participar da coordenação e lecionar no curso tem sido uma experiência muito gratificante. “Fico muito feliz pela oportunidade de contribuir para a democratização do acesso às carreiras públicas e por ver tantos colegas de dentro e de fora da Magistratura engajados neste projeto”. O Juiz destacou ainda o interesse e a perseverança demonstrados pelos alunos. “Com essa iniciativa, a AJUFERJES, por meio de sua Escola, cumpre um importante papel, que eu espero seja replicado em outras entidades”, concluiu.

ENAJUN/FONAJURD LANÇA LIVRO “O SABER COMO RESISTÊNCIA”

Adriana Meireles Melonio

O primeiro Encontro Nacional de Juízes e Juízas Negros (ENAJUN) ocorreu em maio de 2017. Nasceu da necessidade de descobrir quem são os magistrados e magistradas negros e negras do Brasil, pulverizados em diversos segmentos do Poder Judiciário e ao mesmo tempo agregá-los em torno de questões para além das dificuldades comuns à carreira, como por

exemplo, o sentimento de pertença institucional, dado o pequeno número de juízes e juízas negros e negras em nosso País.

A quarta edição do ENAJUN ocorreu no ano de 2020, agora fortalecidos com a presença de colegas não negros no I Fórum de Fórum Nacional de Juízas e Juízes contra o Racismo e todas as formas de Discriminação (FONAJURD).



Encerramento do Enajun de 2018. Organizadores se reúnem com o filósofo Silvio de Almeida.

Nos dias 25 a 28 de outubro de 2021, ocorreu a quinta edição do ENAJUN e o segundo FONAJURD, com o tema “Contra o racismo e todas as formas de discriminação: como enfrentar as desigualdades?”. Durante os quatro dias de programação, especialistas e profissionais que são referência no enfrentamento do racismo e na defesa dos direitos humanos debateram temas como igualdade racial, segurança pública, literatura, meio ambiente, saúde mental e resistência.

Para além do debate da questão racial dentro do Poder Judiciário, a atuação do ENAJUN visa um diálogo com a comunidade jurídica e com a sociedade. Por isso, no mês de março de 2021, foi lançado edital para a primeira chamada pública para a elaboração de uma coletânea de artigos científicos, que abordassem a temática racial e antidiscriminatória.

A obra é essencial. A Constituição do Império, de 1824, garantia instrução primária gratuita a todos os cidadãos, o que excluía os escravizados do acesso à educação. Além deste alijamento previsto na Lei Máxima, havia outras normas infraconstitucionais, como o Decreto 1.331/1854 o qual determinava que os escravos não fossem admitidos nas escolas públicas do país, em nenhum dos níveis de ensino. Além disso, por conta do nefasto passado escravista e do racismo estrutural, pessoas negras até a atualidade tem dificuldade de acesso ao ensino.

Portanto, foi motivo de muito contentamento o atendimento por parte de

pesquisadores(as) de diferentes níveis acadêmicos, de graduandos(as) a doutores(as) e mais alegria ainda notar a qualidade dos saberes e conhecimentos demonstrados em cada artigo. Como afirmou a Professora Doutora Eunice Aparecida de Jesus Prudente, membro da Comissão Científica examinadora dos artigos, “São leituras que animam para a reconstrução da convivência propondo igualdade real entre as pessoas”.

Assim, é com grande felicidade que apresentamos à sociedade brasileira O Saber como Resistência — I Coletânea ENAJUN/FONAJURD, mais um passo no caminho de uma sociedade mais justa e igualitária.



O Saber como Resistência — I Coletânea ENAJUN/FONAJURD (editora Zouk)

Pré-venda no site da editora

Lançamento previsto para Janeiro de 2022
R\$ 80

ADRIANA MEIRELES MELONIO

Juíza do Trabalho no TRT da 1ª Região, membro da comissão executiva do Enajun, pós-graduada em História da África e da Diáspora Africana

Crônica gastronômica



LITERALIDADE À MESA

Mauro Lopes

Adoro aquela velha história dos camaradas que chegam num bar e um deles pede: “por favor, me vê um cafezinho”. O outro emenda: “eu também quero um café, mas numa xícara bem limpa”. O atendente, ao trazer os pedidos, pergunta: “o café na xícara limpa é para quem mesmo, hein?”

Nunca soube ao certo se a história foi real ou se é pura anedota. Depois dos últimos acontecimentos, passei a achar que bem pode ter sido verdade.

Estávamos eu e minha esposa em um restaurante, quando, ao fazermos os pedidos (filé com fritas, ambos), ela recomendou ao garçom: “por favor, as minhas batatas fritas, bem sequinhas, tá?” “Achei desnecessário dizer ao garçom que o mesmo se aplicaria ao meu pedido. Ledo engano.

Os pratos chegaram. Para o meu espanto, enquanto as fritas do prato dela estavam secas e crocantes, as minhas nadavam em uma piscina olímpica de gordura. Por um momento, pensei ter visto uma delas de touca, óculos de natação e depilada, para obter um melhor rendimento na prova dos vinte centímetros rasos. Deve ter sido alucinação, pois meu colesterol subiu tanto que certamente entupiu-me as veias do cérebro.

Outro dia, fui jantar com o meu sogro, que, hipertenso, não pode com sal. Pedimos duas picanhas. A dele, a seu pedido, sem sal. Ele sempre prefere assim, pois, na chegada do prato, usa o saleiro para temperar com cerimônia o bife. Não



preciso dizer que o cozinheiro interpretou a recomendação como se todo o sal não utilizado no prato dele fosse aplicado ao meu. Tomei três garrafas d'água durante a refeição e nem assim consegui dessalgar a minha boca. Cheguei a molhar um pedaço da picanha no copo d'água antes de comê-lo, sem que ninguém percebesse. Ao final, enquanto meu sogro degustava a sobremesa, pedi um copo de leite e fui gargarejar no banheiro. Na verdade, minha vontade era mergulhar inteiro numa bacia de leite integral e ficar lá até o dia seguinte, como um bacalhau em véspera de sexta-feira santa.

Em Portugal, fui com a minha mulher conhecer uma famosa pastelaria de Lisboa. Enfrentamos longa fila, mas ao cabo de uma meia hora conseguimos uma mesa. Logo veio um garçom e anotou os pedidos. Pedimos pasteis de belém, é claro. Minha esposa indagou: “estão quentinhos?”. E o garçom, com aquele forte e característico sotaque de portuga: “acabaram de sair”. Animados e com água na boca, aguardamos a iguaria. Ao chegarem os pratos, para a nossa decepção, os tais pastéis — que, convenhamos, nada têm de pastéis, pois são verdadeiras empadas — estavam frios e ensecados, como se fossem sobras de festa de véspera guardadas em geladeira.

Fui intimado pela patroa: “reclama com o garçom!”. Disfarcei, pois de teste escândalo: “ele está atendendo outra mesa”. Ela insistiu: “então chama o dono”. E eu: “deixa pra lá e vamos embora”. Ela: “como você engole sapo, hein?”. Eu: “não estamos no nosso país...”. Ela: “então não paga...é o fim cobrarem por essa empada gelada”. Eu: “olha, faz o seguinte: vá chamando um táxi, que procuro o gerente e faço a reclamação, ok?”. Ela: “Tá. Depois, me conta.”

Ela saiu e eu chamei o garçom para pedir a conta. Ao trazer a nota, o cara, recebendo o dinheiro, me pergunta: “Gostaram?”. Quase disse que sim, por pura preguiça de discutir, mas acabei dizendo que não e que achamos estranho o tal pastel, tão bem falado, ter vindo frio e buchento. “Minha esposa perguntou se estavam quentinhos e você nos disse que tinham acabado de sair!”, argumentei. E ele, surpreso: “pois então, os quentes saíram todos...ficaram os de ontem.”

MAURO LOPES

Juiz Federal na 2ª Vara/RJ e, nas horas vagas, gosta de contar boas histórias reais ou inventadas



Vista da cidade de Matera, na Puglia.

VIAGEM AO SALTO DA BOTA

Região de Puglia, no sul da Itália, encanta pela beleza e história

Raldênio Bonifacio Costa

Puglia é exatamente o “salto” da “bota” italiana, uma terra de abundância, onde se produz 80% da pasta que é consumida na Europa, 20% do vinho produzido na Itália e mais azeite de oliva que as demais combinadas regiões italianas. Toda essa riqueza decorre de sua grande planície fértil que cobre boa parte da região e de seu excelente clima com mais de 300 dias de sol por ano, além da proximidade do Mar Adriático (o mesmo que banha a Croácia) por um lado e do outro o Mar Jônico (que banha a Grécia). Como toda a Itália, essa região possui dezenas de Patrimônios Culturais da Humanidade, sua beleza natural chamou bastante atenção do nosso grupo de viagem, encantando a todos nós.

Terra de charme e presença de antigas civilizações, Puglia se sucedeu, por séculos, a um grande número de povos do Mediterrâneo e da Europa, cada um deles deixando sua marca que o tempo não consegue destruir, nem apagar da memória. Sucessivamente passaram pela região os gregos, os romanos, os lombardos, os franceses, os árabes, os alemães e os espanhóis, conforme nos relataram os guias locais de turismo que orientaram o nosso alegre grupo de viagem. Tudo se percebendo nas visitas feitas às igrejas, conventos, castelos, palácios e magníficos monumentos de traços românicos, góticos e barrocos, variando com características típicas da zona de situação de cada um. Mesmo



*A Puglia
encanta pelos
seus cantinhos
pitorescos*

nas construções populares das vilas e das camponesas se encontram traços dos povos que em Puglia se estabeleceram.

Matera — Caminhar pelas estradas, ruelas e seus atalhos, significa percorrer as origens da civilização humana da pré-história aos nossos dias. A base das primeiras habitações foi constituída, no início, no meio natural (cavernas incrustadas nas montanhas), uma arquitetura que fala de séculos de história preservada e transmite para a posteridade, com sua conservação, o modo e forma de sobrevivência de seus primitivos habitantes. Graças às suas igrejas, seus edifícios e à sua bela catedral no cume da vila, Matera apresenta um aspecto medieval e moderno à sua vez, mas,

além de tudo, em seu seio se esconde a origem da vila e que a tornou célebre no mundo inteiro conhecida como “Ville des Sassi” (Vila de Pedras).

A “Civita” representa o primeiro centro habitado da Vila de Matera, com um desenvolvimento importante em relação às outras zonas, devido à presença de um calcário macio que facilitava o trabalho de escavação das grutas. O processo de urbanização de Matera foi interrompido em decorrência de invasões incessantes dos bizantinos, dos lombardos, dos normandos, dos árabes, dos eslavos e dos aragoneses, que durante mais de quatro séculos disputaram o seu domínio. O sistema de habitação representava para es-

tes povos um refúgio de defesa onde eles podiam se esconder dos inimigos. Após a queda do Império Romano, a cidade reiniciou seu repovoamento, lentamente, nos novos espaços criados. Na Idade Média, as pequenas comunidades orientais monásticas e laicas contribuíram profundamente no processo de urbanização, cavando outras grutas com cisternas d'água e estábulos para animais. Imigrantes oriundos da Capadócia, da Armênia, da Síria e da Ásia Menor, após perderem a liberdade de celebrar seus cultos religiosos, se refugiaram nas grutas que, rapidamente, se transformaram em lugares de preces. As mais belas igrejas rupestres, decoradas com os afrescos bizantinos, enriqueceram de arte e cultura oriental toda a região.

Em 1952 as casas nas grutas foram consideradas insalubres e os seus habitantes foram transferidos para um novo bairro. Nos idos de 1960, uma lei determinou o completo isolamento dos "Sassi", ficando assim destinados ao completo abandono não só de pessoas, como também dos arquivos de suas memórias históricas. Sensível a este problema, o círculo cultural "La Scaletta" propôs a criação de um museu étnico-antropológico destinado a ser lugar de conservação e de aprofundamento das instalações humanas da época dos trogloditas até nossos dias, resultando em estudos detalhados das igrejas rupestres que contribuíram para tornar conhecida esta bela região. Em 1986 foi editada a Lei número 771 prevendo a conservação

e a recuperação da arquitetura do ambiente local, das casas-grutas, transformadas seja em habitações, seja em locais de comércio e de eventos culturais. Com o trabalho de desenvolvimento e requalificação urbana, muitas pessoas, de modo privado, se concentraram para tornar Matera como verdadeira alma rochosa, que havia sido perdida e reencontrar, assim, com sua identidade histórica que, rapidamente, depois de séculos, voltou a comunicar e descrever o valor desta terra.

Hoje os "Sassi de Matera" se tornaram Patrimônio Mundial da Humanidade, assim reconhecida pela UNESCO depois de 1993. O turismo, a partir de então, aumentou, melhorando a economia da região, surgindo múltiplos empregos.

Foi muito interessante e inesquecível conhecer esta região da Itália. A nossa guia local em Matera era de dupla nacionalidade. Seus pais, imigrantes italianos, residem em São Paulo, onde ela nasceu. Após um curso na Itália, se apaixonou pela história de MATERA, tornando-se profissional de turismo. Hoje acompanha, principalmente, turistas brasileiros e da América do Sul, sendo fluente, além do português e italiano, em inglês, francês e espanhol.

Alberobello — A cidade dos "trullos". As origens de Alberobello remontam à segunda metade do século XVI. A cidade de Alberobello representa o centro do "Vale dos Trullos", única no mundo por suas construções típicas e foi fundada pelos Condes da família Acquaviva. Os "trullos"

“Terra de charme e presença de antigas civilizações, Puglia se sucedeu, por séculos, a um grande número de povos do Mediterrâneo e da Europa, cada um deles deixando sua marca que o tempo não consegue destruir, nem apagar da memória.”



Os “trullos” são construções de pedra de formato redondo, com tetos cônicos e são típicas da região de Puglia.

são construções de pedra de formato redondo, com tetos cônicos e são típicas da região de Puglia. Hoje em dia Alberobello é um pitoresco centro rural e também turístico. Parece um conto de fadas e desperta grande interesse do ponto de vista arquitetônico. Segundo informações locais, o nome Alberobello deriva do latim “Silva Arboris Belli”. Conhecer esta região foi um grande aprendizado e magnífico passeio. Na última fase de nossa incrível viagem,

partimos para conhecer Nápoles, visitando Pompéia. Em seguida, ficamos cinco noites em Roma, um roteiro fantástico e exclusivo com tudo de melhor que a Itália tem para oferecer: cultura, gastronomia, arte e belezas naturais. Sobre estas últimas cidades, falaremos em outra oportunidade, deixando todos, desde já, sonhando conhecê-las em breve futuro com o final científico desta quarentena de pandemia. Forte Abraço para todos os sonhadores.

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

Ingressou na Magistratura Federal em 1988. Dez anos depois foi promovido a Desembargador Federal por merecimento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, aposentando-se a pedido em novembro de 2013.

A Ajuferjes está com novos convênios para seus associados

Instituto Goethe, Cultura Inglesa, Academia Velox, Beep! Saúde são algumas das novidades

Na Beep! Saúde, os associados do Rio de Janeiro têm 5% de desconto nos exames e nas vacinas. É só utilizar o código "AJUFERJES" no aplicativo da empresa. Há previsão de expansão dos serviços para os associados do Espírito Santo.

Já os descontos na Cultura Inglesa estão disponíveis para associados dos dois estados. O desconto é válido somente para novos matriculados e nas unidades conveniadas. Confira a lista na intranet.

Quem preferir aprender alemão, a associação firmou convênio com o Goethe-Institute: cursos especiais intensivos e extensivos com 20% de desconto. E ainda, a academia Velox dá 10% de desconto no plano Terra para associados da Ajuferjes. Visite nosso site para mais informações.



ASSOCIAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos
Presidente do Conselho Executivo

Marcelo da Rocha Rosado
Vice-Presidente do Espírito Santo

Natália Tupper dos Santos
Vice-Presidente Administrativo

Maria Izabel Gomes Sant'Anna de Araújo
Diretora Cultural, Social e Desportiva

Janaina Siqueira Barreiros Leal
Diretora Tesoureira

Rodrigo Reiff Botelho
Diretor de Valorização Profissional

Carla Teresa Bonfadini de Sá
Diretora de Comunicação Social

Paulo César Villela Souto Lopes Rodrigues
Diretor da Escola da AJUFERJES

Aline Alves de Melo Miranda Araújo

Débora Valle de Brito

Maria Cristina Kanto

Monica Maria Leone (Suplente)

Conselho Fiscal

Expediente Revista Ajuferjes

Editora e jornalista responsável: Marina Ivo de Araujo Lima

Projeto gráfico (capa e miolo) e diagramação: Ligia Barreto | Ilustrarte Design

Imagem de capa: Zema Carvão (@josemariocarvao)

Diretora de Comunicação Social: Carla Teresa Bonfadini de Sá

Presidente Ajuferjes: Sandra Meirim Chalu B. de Campos